



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

MARIA LÍCIA BERNARDES DOS SANTOS BOM
ROSANA DAS NEVES SOUSA

DISCUTINDO O RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EUNÁPOLIS/BA
2023

MARIA LÍCIA BERNARDES DOS SANTOS BOM
ROSANA DAS NEVES SOUSA

DISCUTINDO O RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia
apresentado à banca examinadora da
Faculdade do Espírito Santo, como exigência
parcial para obtenção do título de pedagoga.

Orientador(a): Gilberto Pereira Fernandes

EUNÁPOLIS/BA
2023

MARIA LÍCIA BERNARDES DOS SANTOS BOM
ROSANA DAS NEVES SOUSA

DISCUTINDO O RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia apresentado à banca examinadora da Faculdade do Espírito Santo como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga.

Eunápolis, 27 de outubro de 2023

Banca Examinadora

Nome completo – Gilberto Pereira Fernandes
Faculdade do Espírito Santo (FAES)

Nome completo – Avaliador(a) 1 _____
Faculdade do Espírito Santo (FAES)

Nome completo – Avaliador(a) 2 _____
Faculdade do Espírito Santo (FAES)

Ninguém nasce odiando outra pessoa por sua cor da pele, sua origem ou sua religião. As pessoas podem aprender a odiar e, se podem aprender a odiar, pode-se ensiná-las a aprender a amar. O amor chega mais naturalmente ao coração humano que o contrário.

NELSON MANDELA, (1993).

Dedicamos este trabalho aos estudantes de pedagogia e as pessoas interessadas neste tema de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao nosso orientador Gilberto Pereira Fernandes, grande homem que conseguiu unir o seu amor pela profissão com os seus ensinamentos, pelo imenso carinho neste percurso, por sempre acreditar e abraçar este trabalho conosco desde o início. Pela simplicidade e respeito. Por sempre estar disposto a nos ajudar com as contribuições acadêmicas e pessoais. Isso tudo foi de grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa e para o nosso crescimento profissional. Obrigado!

A todos os meus professores, pela dedicação e sabedoria em nos passar toda a sabedoria e seus conhecimentos, estando sempre dispostos a ajudar. Obrigado!

Aos meus familiares, amigos, colegas, que sempre nos deram força nas ocasiões difíceis, transmitindo calma e leveza, sempre ao nossos lados, disponíveis a nos escutar nos momentos de angústias. Com um incentivo para que nós continuássemos acreditando. Obrigado!

BOM; Maria Lícia Bernardes dos Santos; SOUSA; Rosana das Neves Sousa. **Discutindo o racismo na educação infantil.** Trabalho de conclusão de curso (Monografia) apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade do Espírito Santo (FAES). Eunápolis, BA, 2023.

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso consiste em uma revisão bibliográfica acerca do tema “Racismo na Educação Infantil”. O racismo é uma suposição das diferentes características biológicas entre os seres humanos que estão relacionadas a sua subalternidade. Esse tipo de ideia faz com que os indivíduos sejam tratados a partir da sua cor de pele (raça), etnias, gêneros e religião. A Educação tem como uma das finalidades a função de socialização e integração dos indivíduos, ensinando suas culturas e valores morais. É papel da escola atuar no sentido de repudiar qualquer ato de discriminação, seja pela raça, pelo fenótipo, esteriotipos capilares, etnias ou classe social. Esta pesquisa tem como objetivo central investigar a realidade de discriminação racial que crianças negras podem sofrer nas escolas. A partir da literatura científica de artigos pesquisados na base do Google Acadêmico, foram extraídos o principal referencial teórico. Como problema de pesquisa, elaboramos o seguinte questionamento: Como será que os professores(as), têm trabalhado com a questão da discriminação racial na escola? Essa questão é norteadora da pesquisa, que nos permitiu constatar que o processo de descriminação racial é algo estrutural na sociedade em que vivemos.

Palavras chave: Racismo. Discriminação racial. Educação Infantil.

BOM; Maria Lícia Bernardes dos Santos; SOUSA; Rosana das Neves Sousa. **Discussing racism in early childhood education**. Course Completion Work (Monograph) presented to the Undergraduate Course in Pedagogy at Faculdade do Espírito Santo (FAES). Eunápolis, BA, 2023.

Abstract

This course completion work consists of a bibliographic review on the theme "Racism in Early Childhood Education". Racism is an assumption of the different biological characteristics among human beings that are related to their subalternity. This type of idea causes individuals to be treated based on their skin color (race), ethnicity, gender and religion. Education has as one of its purposes the function of socialization and integration of individuals, teaching their cultures and moral values. It is the school's role to repudiate any act of discrimination, whether by race, phenotype, hair stereotypes, ethnicities or social class. This research has as its main objective to investigate the reality of racial discrimination that black children may suffer in schools. From the scientific literature of articles searched at the Google Scholar base, the main theoretical framework was extracted. As a research problem, we created the following question: How have teachers been working with the issue of racial discrimination at school? This question guides the research, which allows us to verify that the process of racial description is something structural in the society in which we live.

Keywords: Racism. Racial discrimination. Child education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	11
1.1 Um breve histórico sobre o racismo no Brasil	11
1.2 O sujeito negro e sua luta pelo direito a educação	15
2 Racismo e Educação	18
2.1 Dificuldades encontradas na abordagem de questões raciais na Educação Infantil	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

Apresentamos neste trabalho de conclusão de curso um panorama geral da pesquisa intitulada “Discutindo o racismo na educação Infantil” e como é importante trabalhar esse tema desde a primeira formação. A pesquisa tem como objetivo específico analisar os motivos pelos quais os profissionais da Educação Básica ainda encontram dificuldade em trabalhar com a questão racial em sala de aula.

É necessário trabalhar com as crianças a questão do racismo para que elas possam ter entendimento ao longo de sua vida que existem várias etnias e que todos precisam ser respeitados. Existem casos de crianças que não brincam com outras por conta da cor da pele. Geralmente algumas crianças acham a criança negra feia; é preciso que essa criança tenha conhecimento que não é porque uma pessoa tem a pele negra que é inferior às outras.

É preciso trabalhar com essa criança a socialização e a interação. Realizar brincadeiras, atividades para que as crianças possam sentir que realmente não existe essa diferença radical que possa justificar a discriminação de uma com a outra; onde ela possa ver, sentir e perceber que elas “são iguais” porque são seres humanos que têm sentimentos similares, porém diferentes na sua cor de pele e estrutura do cabelo e que isso não as tornam melhores ou piores do que outras crianças.

A falta de efetivação da conscientização sobre a cor da pele e as discussões voltadas para a igualdade racial, pode gerar nas crianças que sofrem esse tipo de preconceito sentimentos negativos sobre a sua cor de pele, sobre o seu cabelo afro (black), como também insegurança, de serem aceitos por professores/as e/ou outras crianças. O combate a todas as formas de preconceito racial deve ser uma das prioridades para se trabalhar na Educação infantil, mas o cenário atual é totalmente diferente pois pouco se aborda esse tema.

Geralmente a escola escolhe abordar o assunto uma vez no ano, no dia da Consciência Negra, o que revela que não há maior preocupação com o tema. Diante desse problema surge a seguinte questão: Quais são as dificuldades encontradas para se trabalhar as questões raciais na Educação Infantil? Associada a outras duas: Que atitudes são tomadas diante da discriminação racial no interior da sala

de aula e da escola? Por que será que a questão racial ainda encontra tanta dificuldade para entrar na escola e na formação dos professores? São perguntas que vamos procurar responder no decorrer da pesquisa.

É possível considerar que um dos motivos para os professores encontrarem tanta dificuldade em se trabalhar as questões étnicas raciais com as crianças é a resistência de algumas famílias sobre o tema ou falta de conscientização por parte dos próprios professores.

1 O RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

1.1 Um breve histórico sobre o racismo no Brasil

A história de exploração e discriminação ao negro começa a ser escrita bem antes da chegada dos povos africanos no Brasil, ou seja esse enredo começa a se desenvolver no próprio continente africano, logo após a invasão dos povos europeus sobre o olhar do processo de colonização. [...] Aí, toda e qualquer diferença entre colonizador e de colonizado foi interpretada em termos de superioridade e inferioridade (MUNANGA, 1988, p.12).

Ainda de acordo com Munanga (1988) ao desembarcarem no continente africano em meados do século XV os europeus encontraram um alto nível de aperfeiçoamento das organizações políticas e tecnológicas dos estados africanos. Existia ali uma monarquia composta por um conselho popular onde diferentes castas eram representadas. Por outro lado as tecnologias de imperialismo da colonização européia no continente africano.

Os senhores europeus viram nos povos africanos uma oportunidade para seu grande projeto rentável através da exploração do continente africano inteiro. Observando que na África não adquire uma indústria bélica desenvolvida, cuidou-se logo de mostrar o seu poder, mirando no processo de deflagração dos seus bens naturais, humanos e culturais, começando assim o processo de sequestro desse continente. Como diz MUNANGA, 1988, p.8.

[...] a África sem defesa (frisando que sua tecnologia é indústria de guerra eram relativamente inferiores às européias) apareceu então como reservatório humano apropriado, com um mínimo de gostos e de riscos. Assim, o tráfico moderno dos escravos negros tornou-se uma necessidade econômica antes da aparição da máquina (revolução industrial). Essa nova relação técnica estende-se ao plano social, só binômio senhor escravo.

Na escravização do povo africano o europeu utilizou de várias justificativa para tratar o negro com tal desprezo e humilhação. Uma das justificativas vem dos colonizadores do qual dizia que se deveria tirar esse negro da sua condições de selvagem, pois "[...] uma vez civilizados, os negros seriam assimilados aos povos

europeus considerados superiores, ou seja tornar-se-iam iguais aos branco"[...] (MUNANGA 1988,p.13).

Assim o racismo foi desenvolvido no decorrer dos tempos, e está presente na base da colonização do nosso Brasil, sendo retratado e validado pelos indivíduos de modo processual dando a esse ato discriminatório e violento um caráter natural e de validação. Durante três séculos o Brasil utilizou-se de mão de obra negra escravizada, cento e trinta e dois anos(132) após a abolição da escravatura, os grupos sociais de pessoas negras ainda sofrem com o reflexo desse processo da escravatura.

Para entender o que o racismo significa é de suma importância pensar sobre a presença negra no Brasil, não há como entender o problema que enfrentamos hoje sem pararmos para refletir sobre esse processo histórico, que se envolveu. PALÁCIO (2011,p.26) afirma que; " A prática do racismo é histórica e foi construída socialmente nas relações sociais e pelas relações de poder que se fizeram presentes nos diferentes modelos sociais organizados historicamente seja ele por raça, etnias e opção sexual".

O propósito europeu para a América no século XV era transformar as terras brasileiras em colônias de exploração. Vendo assim nas colônias brasileiras a solução para a implantar a agricultura manufatureiro de cana de açúcar para exportação para os mercados europeus, lembrando que a princípio era usar a mão de obra escrava indígena, o que não houve êxito, foi substituída assim pela mão de obra dos negros africanos, pois na época havia a necessidade de uma melhor organização da produção.

Nesse sentido, NINA (2010, p. 63) afirma que o tráfico negreiro trouxe para o Brasil milhões de africanos, na condição de escravos . Eles rasgaram as matas, lavraram o solo e fizeram a colheita dos produtos tropicais exportáveis; trabalharam nas minas, nos engenhos, nos portos e nas casas.

As práticas racistas contra os negros no Brasil teve início com a colonização no século XVI, mesmo depois de séculos de preconceito, a discriminação e a exclusão social ainda continua a existir, sendo assim pensar em racismo.

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão por vezes do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meios de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças inferiores e superiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2007, p. 52).

A vinda do negro africano para o Brasil foi um processo muito violento onde esse indivíduo negro, foi capturado e retirado forçadamente do seu país, da sua origem, onde sua força de trabalho era usada sem direitos a pagamentos, pouca alimentação e práticas de torturas, desintegração de suas famílias; " dali em diante teria que conviver com o trauma do desenraizamento das terras, dos ancestrais e com a falta de amigos e parentes que deixaram do outro lado do Atlântico". (ALBUQUERQUE 2016. p.65). A escravidão no Brasil foi pautada pela violência emocional e física.

Os sujeitos escravizados eram submetidos a diversas situações : alimentação precária, castigos (colocar no tronco e receber chibatadas). No entanto esse episódios não ocorriam de maneiras pacíficas, houveram muitas situações adotadas pelos negros como forma de resistências, como fugas, revoltas situações essas que sempre fizeram parte desse período de escravização: Nesse sentido observa-se que:

Tão intensa quanto a própria escravidão foram os tipos de resistência apresentadas pelos sujeitos escravizados ao sistema que eles foram impostos. A resistência revelou-se desde a recusa em deixar suas terras, famílias, culturas e histórias na África, passando pela rebelião durante a insalubre travessia do Atlântico, até as formas mais radicais, como assassinato de seus escravizadores, nos locais de trabalho forçado. (LEITE, 2007, p. 65).

Mesmo sendo obrigados a trabalhar e sofrerem vários tipos violências, o povo negro desenvolveu resistências aos maus tratos dos colonizadores. A organização de quilombos foi uma das maneiras que os povos africanos adotaram para fugir da opressão do sistema escravista. Os quilombos proporciona ao sujeito negro uma liberdade, onde ali poderia manter os seus costumes longe dos domínios dos colonizadores brancos. Um exemplo disso são os rituais religiosos e algumas manifestações artísticas, como as danças que era visto pelos colonizadores como práticas maléficas que iam contra os seus valores religiosos.

O fim da escravidão foi realizado por motivos econômicos. A pressão internacional sobre o Brasil era grande pois o Brasil foi um dos últimos da América a abolir a escravidão. De acordo com MACHADO (2015,p.10) " No início do século XIX, o sistema escravista brasileiro começa a ruir quando os portugueses deixam de cumprir acordos diplomáticos com a Inglaterra e persistem em contrabandear escravos da África ". Com esse cenário enfraqueceu o período escravocrata,resultando na abolição da escravatura. Dessa forma;

Embora muitos proprietários de escravos ainda insistissem na manutenção daquele sistema corroído o Estado Imperial se antecipou ao "golpe final" contra a escravidão que já era considerado como certa, e poderia vir acompanhado de manifestações de violência contra os representantes do sistema e institui a abolição da escravidão, em 1888. (LEITE, 2017, p. 73).

Nesse cenário, ao abolir a escravatura em 1888, nenhum direito foi assegurado ou instituído aos escravos, que a partir daquele momento se encontram sem moradia, sem trabalho e sem educação e principalmente sem qualquer tipo de indenização pelos anos trabalhados e de torturas. Sendo assim o processo de formação do Brasil foi alicerçado na base de exploração de determinados grupos, negros, indígenas classe segundo eles inferiores, que nesse processo tiveram seus bens tomados, como consequência desse processo hoje tem um país extremamente racista e violento com esse grupo de pessoas. De acordo com GOMES;

Todavia a sociedade brasileira ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio Estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na superação do racismo (GOMES, 2007, p. 56).

Essas ideologias só serviram para a construção de uma ideia negativa do negro, interferindo na construção de uma identidade racial positiva. Desse modo o lugar de reconhecimento do sujeito negro na sociedade brasileira, é urgente para a luta antiracista. Para que esse sujeito negro tenha de fato seu lugar de fala, seja respeitado e tratado de forma igualitária na sociedade brasileira.

1.2 O sujeito negro e sua luta pelo direito à educação

O processo de luta dos povos negros por direitos e um olhar na sociedade, decore desde a vinda dos africanos em terras brasileiras. A recusa em inserir esses povos na sociedade mesmo depois da abolição da escravidão deixa claro a intenção da elite e também da classe excludente que objetiva manter essa população afro descendente em condições subalternas sem qualquer direito. Na tentativa de excluir da história as torturas sofridas pelos povos negros e negando a sua história e cultura destes mesmos povos.

No que se diz respeito à área educacional, por exemplo, pouco se tem registrado o processo educacional que fosse voltada para esse grupo social, pois na época esse processo educativo escolar era voltado para um pequeno grupo de classe alta. Quanto à educação da população negra " [...] observa-se na biografia nessa área teremos a nítida impressão da existência de experiências escolares dos negros em períodos anteriores a década de 1960, quando a rede pública de ensino sofre expansão nos números de vagas" (CRUZ, 2005, p.21).

Surge a indagação, onde os grupos de resistência negra da época desenvolveram seu processo de formação escolar, uma vez que na história não há registro de espaços educacionais voltados para esse grupo social. Sendo assim, esses grupos sociais criaram seus próprios espaços educacionais.

Por esses fatos históricos serem escritos por historiadores brancos, que nega a luta e as contribuições de representantes negros na conquista de direitos e qualificação das condições sociais.

As fontes históricas, a exemplo dos documentos e análises, são de extrema importância no processo de construção de uma narrativa histórica. A conservação de fontes ao longo do tempo, por determinado grupo, pode dizer mais sobre a participação desse grupo nas narrativas históricas de um povo do que de outros sobre as quais as fontes não eram conservadas, organizadas e consultadas. Esse fato pode ser um dos aspectos que fazem pensar que alguns povos sejam mais sujeitos históricos que outros, dando a estranha impressão de haver povos sem história. (CRUZ, 2005, p. 23).

Nessa perspectiva pode se observar que os registros só vão ocorrer somente no século XX, quando os afrodescendentes começam a ter acesso às universidades. Como esses grupos sociais eram minoria, iniciam um trabalho de luta e resistência na busca por registro da sua trajetória na constituição da sociedade brasileira.

Ainda segundo Cruz (2005) o anseio por liberdade aproximou o povo negro de uma apropriação de saberes escolares. A oferta de asilos e creches no final do período Imperialista e início da República permitiu que filhos de ex escravizados tivessem contato com os primeiros saberes da infância.

Os movimentos dos povos afrodescendentes tiveram de desenvolver um processo de valorização de sua identidade negra a fim de que pudessem ser reconhecidos como indivíduos históricos e que contribuam na sociedade brasileira. (GONÇALVES; PETRONILHA, 2000, p. 145)

Como os negros militantes buscavam reagir a precária Situação educacional de seu grupo étnico exigiu deles um tipo de compromisso pessoal, de engajamento direto para resolver um problema que era exclusivamente dos negros , mas era um problema nacional.

As ações de resistências dos povos negros ganha força na década de 1970 e 1980 em benefício do seu reconhecimento pela sociedade. A primeira disciplina de introdução aos estudos africanos para ser implantada em escolas públicas foi criada em 1985, na Bahia, pela Secretaria de Educação e Cultura e contribuições da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um grande passo rumo ao combate à desigualdade racial.

A educação contribui para a mudança social e econômica, no entanto uma das maiores violência cometida contra a população afrodescendente tem sido a exclusão do sistema educacional. A desigualdade para o acesso à educação perpetua o desfavorecimento do negro na sociedade.

Ocorreu assim a primeira conquista de direitos à educação. Vários atos manifestantes de grupo de negros contribuíram para essa conquista que iria ocorrer mais adiante. Movimento brasileiro contra o preceito racial. O comitê Democrático Afro Brasileiro o Teatro Experimental do Negro e muitos outros acontecimentos tenham como foco a luta contra a desigualdade e discriminação que denunciava o

carater violento como é tratado o negro na sociedade brasileira. De acordo com (MULLER;COELHO, 2013, p. 32)

A década de 80 foi um período em que ocorreram grandes discussões sobre a educação brasileira, com severas críticas ao modelo, propostas pedagógicas e legislação vigente. A nova visão apresentada visava a democracia, justiça social, igualdade, a qualidade na educação, e particularmente, o ensino obrigatório e gratuito para todos.

Em 1983, o deputado federal Abdias do Nascimento apresentou um projeto de Lei na qual foi os primeiros embriões para a criação da Lei 10.639/03. Em seu projeto de Lei ele visava a inclusão do ensino de história e cultura Africana e afro-brasileira na educação primária secundária e superior. A constituição Federal que foi aprovada em 05 de outubro de 1988 tinha como pauta princípios indispensáveis para refletir o campo educacional. Ela traz a educação como direito fundamental.

Art.3º,IV- promover o bem de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. [...]. Art.205. A Educação é direito de todos e dever do Estado.[...]. Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. (BRASIL, 1988) Art.227. É dever da família da sociedade e só Estado assegurar à criança e do adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitário, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [...] Art. 242§1º- O ensino de história do Brasil levará em conta as atribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. (BRASIL, 1988).

Os artigos acima citados foram de grande importância para uma reflexão a respeito da oferta de uma educação na qual a perspectiva da pluralidade seja uma prioridade. Porém é bom salientarmos que, essa legislação não deve ser vista como mera ação do governo, mas sim, como resultado de lutas e movimentos incessantes de negros que tinham como objetivo principal a transformação educacional e políticas públicas para o negro brasileiro.

2 RACISMO E EDUCAÇÃO

2.1 Dificuldades de abordagem de questões raciais na Educação Infantil

Muitas vezes o fato das crianças serem pequenas é um dos principais argumentos usados para o silenciamento das questões étnicas raciais no dia a dia da escola infantil: ouve se falas tais como " ela ainda não compreende ", " elas não tem o discernimento de branco ou negro ", "[...] os pequeninos ainda não tem preconceitos" geralmente são as crianças maiores que tem, pois são influenciados pelos pais. Todavia, segundo Oliveira e Abramowicz (2010),

As crianças nessa faixa etária já consegue apresentar uma percepção das diferenças raciais podendo, a partir dessas ideias, começar a cristalizar determinadas atitudes com sentido preconceituosos em relação aos que diferem de suas características físicas, evidenciando a necessidade de se iniciar uma intervenção pedagógica que vise a destituição desse tipo atitude em relação aos colegas. (p.22)

Cabe também destacar a resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), afirma que diferentes culturas devem ser observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil. Em seu Art.7, inciso V, esse documento pretende assegurar que as propostas pedagógicas para a educação infantil se comprometam com o rompimento das relações de documentações diversas, inclusive étnico racial.

Agora como será que de fato essas leis vêm funcionando nas instituições de ensino de educação infantil, naquelas que atendem crianças de 0-3 anos? Além disso, no Art.8º incisos VIII e IX, a DCNEI determina que garantida às crianças dos diferentes povos que constituem a nação brasileira, bem como o combate ao racismo e a discriminação.

O Ministério da Educação (MEC), através de seu departamento específico para a educação infantil, no sentido de auxiliar os professores na realização de práticas pedagógicas que contemplem as diferentes culturas, já era anterior à aprovação das Diretrizes Da Educação Infantil, como a lei nº 10.639/2003. Um

exemplo disso é o Referencial Curricular Nacional para a educação infantil (RCNEI), material colocado em circulação em 1988 para atender as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/64). Essa Lei inclui pela primeira vez, a educação infantil como integrante da educação básica.

Aprovada nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645(Brasil, 2003,2008), a obrigatoriedade do ensino e da valorização da história e cultura dos povos afrodescendentes e indígenas, que pode contribuir para uma construção de uma educação para relações étnico raciais democráticas, sendo assim os professores ainda encontram vários desafios para sua efetivação, destacando a permanência do racismo e do preconceito social e escolar.

Nessa perspectiva as políticas e práticas de educação infantil, não é muito diferente o cenário de preposições e a masterização dos direitos, o confronto entre"[...] uma legislação avançada que reconhece direitos a todas as crianças; de outro, um panorama de intensas desigualdade entre as idades e os diferentes segmentos sociais" (ROSEMBERG, 2012, p.19). A escola também não pode negar a discussão de conteúdos desvinculados da realidade social e cultural das crianças, embora muitos educadores ainda acreditem que discutir questões raciais seja função da família.(GOMES, 2005, p.146). Não podemos esquecer que as crianças e suas infâncias fazem parte desse mundo de relações.

Para Sarmento (2005), a infância é socialmente construída e compõe-se a partir de um estudo social, com variações demográficas, econômicas, políticas, culturais e práticas sociais em um processo de contínua modificação. (GOMES, 2005) e é tarefa da escola não somente discuti - las mas inventar outros modelos de se relacionar com as diferenças, inventar práticas pedagógicas antirracistas. Um dos grandes desafios da educação é problematizar as relações de poder e produzir estratégias para anular as falas que se fundam na suposta superioridade de uns em relação de outros.

A escola tem o papel de possibilitar ao aluno o desenvolvimento cognitivo, moral e ética. Porém, a escola a omitiu do aluno negro essa possibilidade, pois a mesma negou a eles seu legado histórico - cultural. É nesse momento que a prática do professor tem muito valor, já que pode contribuir para a superação de discursos e ideologias racistas, abrindo a mente dos alunos para aquilo que era posto como normal e natural na sociedade. (SCRIPTORI, JUNIOR, 2010, p. 436).

Por isso tem que estar inserido dentro do ambiente escolar, elementos que são fundamentais para a formação da identidade dos alunos negros, na educação infantil. É preciso estar atento, para perceber o racismo nas situações que muitas vezes estão silenciosas, a exemplo de cartazes, painéis, músicas, brinquedos, brincadeiras e de representações de imagens nos livros didáticos, que se parar para se observar podem estar carregados de preconceitos aparentemente imperceptíveis.

A observação dos elementos citados evita que os professores(as) façam a mediação de atitudes racistas e a reprodução desses comportamentos. Cabe ao docente a função de coprodução do currículo, e isso "afetiva-se na construção de um espaço educacional que seja favorável, através da interlocução da criança e as famílias experiências nas diferentes linguagens e nas práticas sociais e culturais de cada comunidade". (RICHTER e BARBOSA, 2010, p. 85).

Nesse cenário é importante salientar que as religiões de matrizes africanas, ainda são alvos de resistência nas escolas e mesmo com a Lei, ainda enfrentam dificuldades para serem abordadas. Observa-se que :

As dificuldades para a aplicação da Lei 10.639/2003, no que se refere às religiões de matrizes africanas, nos mais de 10 anos foram bastantes debatidas. Entraves como a falta de material didático para a abordagem do tema professores sem qualificação adequada para a temática e a falta de comprometimento profissional e vontade política, são fatores que aparecem como responsáveis pela não aplicação da Lei contudo, é preciso atentar para o fato de que o racismo, muitas vezes é silencioso e dissimulado. (CONCEIÇÃO; 2016, p.122).

Nesse cenário é essencial que o docente além de buscar por formação, ele desenvolva estratégias pedagógicas que favoreçam a valorização da ancestralidade, resistência e importância dos negros para o desenvolvimento social e cultural do Brasil, buscando desenvolver nesses alunos a identidade, a autoestima e o respeito dos alunos em relação às diferentes etnias e religiões presentes na sociedade. Assim:

A importância de o professor pensar sobre o ofício e realizar a autocrítica de sua prática para tanto, cabe ao mesmo refletir sobre a postura enquanto professor e o que espera com seu trabalho em sala de aula. É nesse sentido que autores apontam para a importância da abordagem dos temas socioculturais no ambiente escolar, visando a construção da identidade do aluno negro e do reconhecimento do povo africano. (TUONIO VAZ, 2017, p. 212).

Porém, o que se percebe nas práticas docente são abordagens de conteúdos programáticos a fim de dizer que estão cumprindo as determinações legais, as quais indicam a necessidade de inserir discursos sobre a cultura afrodescendente nos currículos escolares. As metodologias utilizadas pelos professores(as) para transmitir a história da cultura afrodescendente são as dos livros didáticos, especialmente o de história. Dessa forma cabe ao docente reconhecer a sua prática pedagógica, o caminho para o combate ao racismo estrutural, oferecendo ao seu aluno(a) a reflexão sobre o direito à igualdade, o respeito, à moral, a ética e a justiça social.

Nessa linha de pensamento Kusma(2010), vem destacar que a prática pedagógica do professor deve ser construída acerca da diversidade cultural presente no país, pois esta abordagem possibilita que o docente trabalhe com a pluralidade cultural brasileira na formação da identidade cultural do aluno, bem como a percepção e o respeito das diferenças existente na sociedade, favorecendo a relação democrática étnico racial entre os alunos.

Provocando a se pensar nessa direção Dornelles(2010) e Kaercher(2010), destacam a necessidade de se problematizar o modo como as questões étnicos raciais vêm sendo apresentadas na infância, pois é importante que se questione não somente a maneira como as crianças interpretam e são afetadas por essas imagens, mas também o modo como os professores (as) o fazem.

Apontam a necessidade de a questão da raça ser trabalhada na formação de professores, abarcando não somente a pesquisa, mas também intervenções no sentido de transformar a realidade étnico racial conflito na qual as crianças negras, ou não vem sendo educada.

A educação antirracista na infância deve passar pela ludicidade e pela qualidade da intervenção do docente. Existem muitos "modos" de subjetivar, e os brinquedos e brincadeiras são exemplos disso. DORNELLES(2003), problematiza a forma como esses "vêm produzindo um tipo de corpo, um gênero, uma raça, uma geração, uma etnia, enfim sujeitos infantis de um tipo, e não de outro"(p.18). Desse modo os brinquedos são artefatos culturais nada inocentes, eles produzem determinados tipos de sujeitos infantis e não outros (MARQUES, 2003).

Isso pode deixar de ser problematizado aquando da análise cultural infantil contemporânea, tendo em vista os efeitos do poder de compra e das desigualdades sociais que se manifestam nas crianças e nas brincadeiras das crianças (SARMENTO, 2005).

Espaços e brinquedos e outros materiais didáticos alusivos às culturas afro-brasileiras podem oportunizar às crianças pequenas o prazer do encontro com as diferenças, através de seus sons, cores, sabores e texturas, cheiros e movimentos . A criação desse espaço pedagógicos, com suas ações educativas, podem vir a promover uma educação antirracista.

Para que "outra" realidade seja construída, é preciso que tal discussão atravesse o cotidiano das escolas de educação infantil e a formação dos professores, não só no curso de Pedagogia mas em qualquer instância de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo efetuar uma revisão bibliográfica sobre o debate do racismo na prática docente. Existe unanimidade entre as publicações quanto a presença do racismo no contexto escolar no segmento analisado que esta realidade precisa ser combatida. Torna se necessário a reflexão e o enfrentaremos da questão, buscando mudanças positivas nas práticas dos professores da educação infantil.

Destacando ao longo deste trabalho, a formação da sociedade brasileira foi ancorada em princípios de subjugação e exclusão, essas disparidades se manifestam atualmente em diversos espaços sociais. A escola, portanto, como intuição social primária, não imune aos tensionamentos e embates que envolvem a questão racial atualmente. Nesse sentido torna-se importante o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem e reforcem o papel do negro e o legado da cultura Africana na construção da identidade brasileira.

As ações direcionadas podem construir em uma importante estratégia de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar, ao mesmo tempo que estimulam a reflexão crítica sobre as versões oficiais da história. Enquanto docente é preciso combater situações de preconceitos e orientar as crianças no desenvolvimento de uma postura de valorização e respeito à diversidade étnica racial .

O educador no seu fazer docente, mais do que apresentar conteúdos a respeito da temática racial, deve estimular no espaço educacional, ações voltadas para a valorização das diferenças e respeito à diversidade, sejam elas étnicas ou não. A partir de uma perspectiva crítica- reflexiva é necessário apresentar como se constitui a formação histórica do país e orientar as crianças em seu convívio a repensar as condutas, incluindo nesse contexto as práticas discriminatórias dentro e fora da escola.

A efetivação da Lei 10.639/2003 é um dos meios para a superação, que emerge como elemento potente na desconstrução do racismo na escola. Não resta dúvidas que a efetivação da referida lei é de suma importância para que as crianças

aprendam reconhecer e valorizar a negritude, compreender os efeitos de suas ações na sociedade, passando a respeitar a diversidade cultural presente da escola.

Possíveis caminhos podem ser tomados, além da mudança da prática docente, seja através da formação continuada de professores(as), reformulação das políticas curriculares, um trabalho voltado a uma reflexão mais ampla quanto a questão racial na sociedade, bem como a utilização de políticas educacionais que visem a reparação injustiças historicamente realizadas.

Consideramos que apesar das dificuldades enfrentadas para se trabalhar esse assunto em sala de aula , já é um avanço muito grande sobre a preocupação em se discutir o racismo na educação infantil, pois a ideia de que há necessidade de um debate como esse na Educação Infantil pela inocência, características dessa fase, ainda persiste.

Entende-se que as crianças nessa fase ainda não têm grau de maturidade cognição do qual possa compreender a temática racial. É primordial para se inserir o debate sobre o Racismo na Educação Infantil, que os docentes consigam reconhecer os mecanismos que o racismo utiliza para se reproduzir e freia-los, a fim de desenvolver uma prática pedagógica voltada à superação do racismo .

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. As relações étnico- raciais e a sociedade da infância no Brasil: alguns aportes. *In*: BENTO, Maria Aparecida Silva(orgs). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade- CEERT, 2012, p.47-64.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2016.
- CONCEIÇÃO, Joanice Santos. **Quando o assunto é sobre religiões de matriz africana**: Lei 10.639/2003.
- FAEEBA- **Educação e contemporaneidade**, v.25, n.45 2016
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**. Porto Alegre, v.12, n.1, p.98-109,2012.
- GOMES, Nilma Lino et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v.10639, n.03, 2007.
- _____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática " História e Cultura Afro- Brasileira " , e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 Jan. 2003*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>.
- _____. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática " História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 de mar. 2008*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>.
- LEITE, Maria Jorge dos Santos, tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil, São Paulo, v.10. n.19, p.64-82, 2017.
- KUSMA, P.C. **Aplocabilidade da Lei 10.639/03 na sala de aula**. Possibilidades e mudanças. 45f.2010. Monografia (graduação em Pedagogia/- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/749/monteirolobato-racista-empedernido>>.
- MUNAGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília. UNESCO, 2005.
- PACIFICO, Tânia Mara. **Relações raciais no livro didático públicos do Paraná**. Curitiba, 2011.
- RICHTER, S. e BARBOSA, M.(2010). **Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche**. Educação, 1 (1), 85-86.
- ROSEMBERG, Fulvia. **A criança pequena é o direito à creche nos conceitos sobre infância e relações raciais**. In.BENTO, Maria Aparecida. S.(org). Educação

Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdade-CEERT, 2012.

SCRIPTORI, Carmem Campoy, JUNIOR, Jair Fortunato Borges. **Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resistência na escola Educação**, p.431-447, 2010.

TUANO, Nadiele Elias Faria; VAZ, Marta Rosani Taras. **O racismo no contexto escolar e a prática docente**. Debates em Educação 2017.